RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2021





Índice

1-	Missão e Visão	4
2-	O estabelecimento de Ensino ITAP	5
3-	Oferta formativa existente no ITAP	5
4-	Centro de Formação de Veículos Pesados de Mercadorias e de Passageiros	6
5-	Certificação da Qualidade alinhado com o Quadro EQAVET - Quadro de Referência Europeu de	
	Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais	7
6-	Erasmus+ _ Mobilidade	8
	Modelo de Financiamento	
8-	Perspetivas Futuras	9
9-	Situação Económica e Financeira	10
10-	-Aplicação de Resultados	12
11-	-Balanço	14
12-	-Demonstração de Resultados por Natureza	15
13-	-Demonstração de Resultados por Funções	16
14-	-Demonstração de Alterações de Capital Próprio	16
15-	-Demonstração dos Fluxos de Caixa	17
Ar	пехо	
1 -	Identificação da entidade e período de relato	19
	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	
	Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória	
	Principais políticas contabilísticas	
	Fluxos de caixa	
	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros	
	Partes relacionadas	
8 -	Ativos intangíveis	26
	Ativos fixos tangíveis	
11	- Locações	27
	- Financiamentos obtidos	
	- Propriedades de investimento	
	- Imparidade de ativos	
15	- Interesses em empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas	27
	- Concentrações de atividades empresariais	
17	- Investimentos em Subsidiárias e Consolidação	28
	- Exploração e avaliação de recursos minerais	
19	- Agricultura	28
20	- Inventários	28
21	- Contratos de construção	28
22	- Rédito	28
	- Clientes	
24	– Fornecedores, outros devedores e credores e Diferimentos	28



25 - Estado e outros entes públicos	1
26 - Resultados financeiros	
27 - Fornecimentos e serviços externos	1
28 - Gastos com pessoal	
29 - Outros Rendimentos e Ganhos	3
30 - Outros gastos e perdas	3
31 - Gastos / Reversões de depreciação e amortização	4
32 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas	4
32 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio	4
33 - Acontecimentos após a data do balanço3	
34 - Matérias ambientais	4
35 - Instrumentos financeiros	4
36 - Benefícios dos empregados	4
37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	5
38 - Eventos subsequentes	
39 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	5
40 - Informações exigidas por diplomas legais	35
41-Outros Instrumentos de capital social	5





RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2021

Através do presente documento, vem o órgão de gestão da entidade PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda., em harmonia com os estatutos da sociedade e com o disposto nos termos dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, apresentar ao sócio Município de Coimbra o Relatório de Gestão, anexando-lhe o Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, o Mapa dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo referente ao exercício de 2021.

A PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda., tem como objeto social a promoção e gestão de equipamentos coletivos e a prestação de serviços na área da educação, qualificação e formação profissionais, nos termos previstos na alínea a) do artigo 45º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

No âmbito do seu objeto compete à sociedade a criação e administração de estabelecimentos de ensino e centros de formação destinados ao ensino e à qualificação profissionais, tendo em vista o desenvolvimento social. A sociedade pode ainda desenvolver outras atividades, acessórias ou complementares, relacionadas com o ensino e com a qualificação e formação profissionais.

Na prossecução do seu objeto social, a PRODESO é proprietária da Escola Profissional ITAP-Instituto Técnico Artístico e Profissional de Coimbra, desde 1991 e, detentora do Centro de Formação de Veículos Pesados de Mercadorias e de Passageiros, desde 2015.

1- Missão e Visão

A missão da PRODESO é prestar um serviço de excelência, focalizado no ensino, na formação e qualificação dos recursos humanos, e valorizar as pessoas através do ensino e da formação, proporcionando-lhes a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências que lhes permita uma integração e um desempenho profissional responsável e com sucesso.

A PRODESO pretende ser uma empresa de referência na área do ensino, formação e qualificação profissional, a nível local e regional, pela excelência dos serviços prestados e pelo grau de satisfação dos seus clientes.





2- O estabelecimento de Ensino ITAP

O Instituto Técnico Artístico e Profissional de Coimbra (ITAP) é uma escola profissional privada de âmbito municipal, criada em 1990, e possui a Autorização de Funcionamento N. º14, emitida pelo Ministério da Educação.

O ITAP rege-se pelo Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho que estabelece o regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior, regulando a sua criação, organização e funcionamento, bem como a tutela e fiscalização do Estado sobre as mesmas.

Nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei 92/2014, de 20 de junho, como escola profissional privada, o ITAP presta um serviço público de educação e integra a rede de entidades formadoras do Sistema Nacional de Qualificações.

No desempenho da sua atividade de natureza pedagógica, o ITAP está sujeito à tutela científica, pedagógica e funcional do Ministério da Educação e Ciência e goza de autonomia pedagógica, cultural e tecnológica, sem outras limitações para além das decorrentes da lei.

São atribuições da Escola:

- ✓ Proporcionar aos alunos uma formação geral, científica, tecnológica e prática, visando a sua inserção socioprofissional e permitindo o prosseguimento de estudos;
- ✓ Preparar os alunos para o exercício profissional qualificado, nas áreas de educação e formação que constituem a sua oferta educativa;
- ✓ Proporcionar aos alunos contatos com o mundo do trabalho e experiências profissionais de carácter sistemático;
- ✓ Promover o trabalho em articulação com as instituições económicas, profissionais, associativas, sociais e culturais, da respetiva região e ou setor de intervenção, tendo em vista a adequação da oferta formativa às necessidades específicas e a otimização dos recursos disponíveis;
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento económico e social do País, em particular da região onde se localiza, e dos setores de atividade, através de uma formação de qualidade dos recursos humanos. e Qualificações.

3- Oferta formativa existente no ITAP

O ITAP ao longo do ano de 2021, anos letivos de 2020/21 e 2021/22, teve em funcionamento 5 turmas de Cursos Profissionais, sendo 2 delas com dupla saída profissional, e 2 turmas de Cursos de Educação e Formação (CEF) perfazendo um total de 130 e 124 alunos, respetivamente em cada ano letivo.

De referir que quer no ano letivo 2020/21 quer no ano 2021/2022 foram aprovadas candidaturas pedagógicas para a abertura de mais 1 turma, para além dos cursos que iniciaram.





Contudo por insuficiente número de alunos matriculados em cada um destes anos e cursos não foi possível a sua abertura.

Oferta Formativa 2021

S	Designação	N.º Turma	Ano Curricular	N.º Alunos
rofissionais	Animador Sociocultural	0,5	1.9 (109)	8
ssic	Animador Sociocultural	0,5	2.9 (119)	11
rofi	Animador Sociocultural	1	3.9 (129)	15
۵.	Comunicação _MRPP	0,5	2.9/119)	10
Cursos	Multimédia	0,5	1º(10º)	17
C	Multimédia	1	2.9 (119)	15
	Multimédia	1	3.º (12.º)	12
	Mecânico de APPM	1	7.º/8.º	22
CEF	Mecânico de APPP	1	9.º	14
ne fair ann a can				124

4- Centro de Formação de Veículos Pesados de Mercadorias e de Passageiros

De forma a diversificar a sua atividade e minimizar a dependência do financiamento público, conforme o referido no ponto 5 do presente Relatório, a PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda. em 2015 obteve licença, concedida pelo IMT através do alvará n.º 6/2015, para o exercício da atividade de formação de motoristas de veículos pesados de passageiros e de mercadorias, nos termos do Decreto-Lei nº126/2009, de 27/5.

O Centro de Formação de Veículos Pesados de Mercadorias e de Passageiros iniciou a sua atividade formativa no ano de 2017 e, como empresa municipal, a Prodeso definiu como principal objetivo do Centro de Formação a resposta às necessidades de qualificação dos recursos humanos das entidades municipais, mais concretamente e prioritariamente às pertencentes ao município de Coimbra.

A PRODESO, E.M., Lda., é assim uma entidade formadora certificada e tem homologado os cursos de formação contínua para motoristas de mercadorias e para motoristas de passageiros com a duração de 35 horas, para renovação do CAM_ Certificado de Aptidão de Motoristas, de que depende a emissão da Carta de Qualificação de Motorista.

Durante o ano 2021 a Prodeso E.M., Lda. desenvolveu a atividade formativa constante do quadro que se segue:





Ação de Formação	Código da ação	Data de realização	Nº Formandos
1- Ação de Formação FCD-Passageiros	84498	03/09 a 09/09/2021	15
2- Ação de Formação FCC-Mercadorias	84440	13/09 a 27/09/2021	11
3- Ação de Formação FCD-Passageiros	84929	11/10 a 25/10/2021	16
4- Ação de Formação FCD-Passageiros	85081	28/10 a 12/11/2021	15
5- Ação de Formação FCC-Mercadorias	85391	15/11 a 13/12/2021	14
6- Ação de Formação FCD-Passageiros	85776	20/12/2021 a 13/01/2022	15
		Total	86

5- Certificação da Qualidade alinhado com o Quadro EQAVET - Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais

A Prodeso - Ensino Profissional EM. Lda., implementou no ITAP o sistema de garantia da qualidade alinhado com o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais (Quadro EQAVET), com o apoio financeiro do POCH, na sequência de candidatura apresentada.

Concluído o processo de alinhamento do ITAP, em novembro de 2020, em janeiro de 2021 realizou-se a visita de verificação do Sistema de Garantia da Qualidade, por parte dos peritos da ANQEP, e a 3 de março de 2021, foi atribuído ao ITAP o Selo de Conformidade EQAVET, pelo período de três anos, através do Certificado n.º 308/2021.

O Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais (Quadro EQAVET), instituído por Recomendação o Parlamento Europeu, foi concebido para melhorar a Educação e Formação Profissional no espaço europeu, colocando à disposição dos operadores ferramentas comuns para a gestão da qualidade assentes numa forte articulação entre os diferentes *stakeholders* e no desenvolvimento, monitorização, avaliação e melhoria continua da eficiência da oferta.

Assim, a implementação de sistemas de garantia da qualidade, alinhados com o Quadro EQAVET, permite o enraizamento de uma cultura de melhoria contínua, que é estratégica para o Sistema Nacional de Qualificações, permitindo o reforço da confiança das modalidades de dupla certificação do Sistema, e tem como objetivos:

- Aumentar a atratividade da Educação e Formação Profissional junto dos jovens e encarregados de educação;
- Credibilizar dos sistemas de Educação e Formação Profissional;
- Envolver nos processos de garantia da qualidade da oferta de Educação e Formação Profissional dos diferentes e diversos *stakeholders*;
- Aumentar notoriedade da Educação e Formação Profissional junto da população em geral.





6- Erasmus+ _ Mobilidade

O programa Erasmus+ tem como objetivo contribuir para a Estratégia Europa 2020 para o crescimento, o emprego, a equidade e inclusão sociais, bem como para o quadro estratégico da União Europeia em matéria de educação e formação EF2020.

O ITAP, no seu projeto educativo, integra a dimensão europeia da formação e de promoção de oportunidades para os alunos, procurando contribuir para a igualdade de oportunidades; para o reconhecimento de competências e qualificações no âmbito europeu; para a valorização pessoal e para, de alguma forma, contribuir para mitigar as assimetrias nacionais e europeias do (des)emprego dos jovens.

É com esse desígnio que o ITAP nos últimos 3 anos tem apresentado candidatura ao Programa Erasmus+ Educação e Formação para a realização estágios internacionais, financiados por fundos comunitários.

No ano letivo 2019/20 foi aprovada uma candidatura para 12 alunos e 4 professores, com a duração de 24 meses, correspondente aos anos letivos 2019/20 e 2020/21.

Em 2020, atendendo à emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, devido à situação epidemiológica da doença do Covid-19, bem como à classificação de pandemia, decretada pelo Governo, através do Decreto-Lei nº 10-A/2020, de 13 de março, e ao estado de emergência declarado pelo Presidente da Republica através do Decreto-Lei nº 14-A/2020, cuja declaração foi renovada através de vários Decretos, muitas das atividades programadas para os anos letivos 19/20 e 20/21 foram canceladas ou adiadas. Exemplo disso foram as mobilidades aprovadas no âmbito do Programa Erasmus+.

Apenas no terceiro trimestre do ano 2021, 10 alunos e 4 professores do ITAP realizaram as mobilidades para fins de aprendizagem (estágios e formação) em Barcelona, na sequência da candidatura aprovada no ano letivo 2019/20 ao Programa Erasmus+ Educação e Formação.

Em outubro de 2021, foi aprovada nova candidatura ao Programa Erasmus+, para 12 alunos e 8 professores, com a duração de 18 meses, correspondente aos anos letivos 2021/22 e 2022/23.

Em fevereiro de 2022 foi apresentada nova candidatura ao Programa Erasmus+ para 10 alunos e 4 professores, aguardando-se comunicação de resultado.

Os projetos inserem-se na Ação-Chave 1 (KA1) — Mobilidade individual para fins de aprendizagem do projeto ERASMUS+, projeto de mobilidade para fins de aprendizagem de formandos e pessoal das organizações de Ensino e Formação Profissional, e engloba as seguintes modalidades:

- Modalidade A1: Estágios para formandos e recém-diplomados no estrangeiro;
- Modalidade A5: Formação de pessoal no estrangeiro em período de acompanhamento /observação no posto de trabalho (job shadowing) numa empresa ou noutra organização de EFP.





7- Modelo de Financiamento

O financiamento da Prodeso - Ensino Profissional EM. Lda., para os Cursos Profissionais e para os Cursos de Educação e Formação de Jovens, é concretizado através do Fundo Social Europeu, com a aprovação de projetos candidatados ao Programa Operacional Capital Humano (POCH), e pelo Orçamento Geral do Estado Português, na proporção de 85% e 15%, respetivamente.

O financiamento inicialmente aprovado para cada projeto é sujeito a redução do valor, de acordo com o previsto na Portaria n.º 60 - A / 2015 de 2 de março, cujas regras são rigorosas no que concerne à eficiência e resultados. O financiamento depende do resultado dos indicadores de realização e de resultado contratualizados e alcançados, tais como:

- Diplomados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3 (no tempo próprio), tendo como limite mínimo 65% dos alunos que iniciaram a formação;
- Percentagem de pessoas apoiadas durante a formação que estão empregadas ou prosseguiram estudos nos seis meses seguintes ao fim do respetivo curso, tendo como limite mínimo os 50% dos alunos inscritos.

Por sua vez, a metodologia de atribuição de subsídios e valores pagos aos alunos estão de acordo com as regras previstas na Portaria n.º 60 - A / 2015 de 2 de março, bem como com as normas definidas nos avisos de abertura das candidaturas aos cursos.

Este modelo de financiamento, nomeadamente no que diz respeito à redução do valor anual aprovado por turma em função dos níveis de abandono e absentismo escolar, tem vindo a criar algumas preocupações e constrangimentos ao nível da gestão financeira, uma vez que as disponibilidades financeiras para fazer face aos compromissos assumidos são, atualmente, bastante limitadas.

A este facto acresce a elevada concorrência no que respeita à oferta do ensino profissionalizante, dificultando a tarefa do ITAP relativamente à captação de novos alunos.

Em alternativa ao exclusivo financiamento público e de forma a minimizar esta dependência, a Prodeso tem vindo a desenvolver alguns serviços no âmbito da formação para ativos /empresas, através do Centro de Formação de Motoristas Pesadas de Mercadorias e de Passageiros.

8- Perspetivas Futuras

A gerência pretende dar continuidade a uma política de gestão pautada pelo rigor e pela eficácia, aperfeiçoando os procedimentos e metodologias, de forma a manter o equilíbrio de contas e a sustentabilidade financeira da PRODESO.

A estratégia futura passará por:

Dotar a escola ITAP de infraestruturas com as condições e equipamentos adequados;





- Diversificar e adequar a oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho e à procura do público-alvo;
- Dinamizar o Centro de Formação de Motoristas, promovendo parcerias com outras entidades para a realização de ações de formação para renovação dos CAM dos motoristas de automóveis pesados de passageiros e de mercadorias;
- Diversificar a oferta formativa do Centro de Formação de Motoristas da Prodeso;
- Estabelecer parcerias estratégicas com empresas públicas e privadas.
- Promover o envolvimento institucional de entidades do sector económico e social, designadamente através da participação em órgãos da escola, na definição da oferta dos cursos, na organização da formação e na inserção profissional;
- Dotar a escola e o centro de formação de instrumentos de gestão eficazes e eficientes;
- Garantir uma dinâmica permanente e coletiva de abertura à mudança e à inovação, quer ao nível tecnológico e organizacional, quer ao nível pedagógico de forma a aumentar a produtividade e o nível de satisfação;
- Promover uma avaliação contínua de forma a garantir a qualidade e excelência dos serviços prestados e a sua melhoria continua;
- Promover e assegurar a formação interna dos colaboradores;
- Apostar na promoção e divulgação da escola ITAP e do Centro de Formação.

9- Situação Económica e Financeira

Nos últimos 2 anos, decorrente das medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da doença do COVID-19, entre as quais a suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais em determinados períodos, e a implementação da modalidade do Ensino à Distância (E@D), foi necessário proceder a muitas adaptações e ajustamentos para responder de forma eficaz e eficiente a todos estes desafios.

Não obstante a disponibilização a todos os alunos dos meios tecnológicos necessários para garantir a igualdade no acesso às aulas e atividades formativas a partir do seu domicilio, constatou-se uma acentuada redução na assiduidade e até mesmo o aumento dos níveis de desistência e, consequentemente, menos imputação de rendimentos nesses cursos.

No entanto, e atentas as condicionantes apresentadas, a entidade tem vindo a desenvolver a sua atividade com normalidade, pelo que os seus objetivos têm vindo a ser realizados segundo os padrões pretendidos.

9.1 A estrutura de gastos e perdas evoluiu dentro do previsto, tal como se apresenta:

GASTOS E PERDAS	31-dez-21 31-dez-20
Fornecimentos e serviços externo	362 081,35 € 350 923,89 €
Gastos com o pessoal	386 347,98 € 373 443,27 €
Gastos de depreciação e de amortiza	ção 5 996,33 € 7 486,53 €
Outros gastos e perdas	66,95 € 10 013,44 €
Gastos e perdas de financiament	4 450,78 € 1 066,46 €
TOTAL	758 943,39 € 742 933,59 €





9.2 A estrutura de rendimentos e ganhos evoluiu da seguinte forma:

RENDIMENTOS E GANHOS	31-dez-21	31-dez-20
Prestações de serviços	9.195,00€	1.560,00€
Subsídios à exploração	555.369,21€	587.816,92€
Outros rendimentos e ganhos	194.816,12 €	239,24€
TOTAL	759.380,33€	589.616,16€

Conforme se observa no quadro acima, os valores dos subsídios à exploração mantiveram aproximadamente o mesmo valor, uma vez que o número de alunos e turmas se manteve conforme se observa no ponto seguinte.

9.3 O número total de alunos, nos últimos quatro anos letivos, evoluiu da seguinte forma:

Cursos Nível II e IV	18/19	19/20	20/21	21/22
Números de Alunos	175	160	130	124

9.4 O financiamento aprovado em candidaturas através do POCH, desenvolveu-se, nos últimos quatro anos, da seguinte forma:

Programas	2018	2019	2020	2021
РОСН	644.628,55	429.706,45	708.322,50	555.369,21

Com o términus do quadro comunitário em 2020, foi autorizado pelo POCH a candidatura para todos os projetos no ano de 2020/21, o que explica o valor no ano de 2020 ser superior.

9.5 A evolução do valor dos capitais próprios, nos últimos quatro anos, é a seguinte:



9.6 A evolução dos resultados líquidos, nos últimos quatro anos, é a seguinte:

Anos	2018	2019	2020	2021
Resultados líquidos	67.598,03	585,71	-153.342,76	411,61





A variação do Resultado Líquido do Período entre o ano de 2020 e 2021 deve-se ao facto de ter sido alienada a fração autónoma G do Prédio sito na Rua Joaquim António de Aguiar, nº 37, Sé Velha, Coimbra e ter obtido uma mais valia de 194.816,12€. Caso contrário a entidade teria um prejuízo acentuado.

9.7 Evolução da utilização da Conta Caucionada:

Anos	2018	2019	2020	2021
Conta corrente caucionada	50.500,00	68.500,00	151.500,00	101.500,00

9.8 Dívidas à Administração Fiscal e à Segurança Social

A Prodeso não é devedora de quaisquer importâncias às Finanças, à Segurança Social ou à Caixa Geral de Aposentações.

10-Aplicação de Resultados

Em conformidade com o estabelecido na alínea f) do art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais, e de acordo com os elementos contabilísticos que acompanham o presente relatório, a gerência propõe a seguinte aplicação para os resultados líquidos:

Resultados Transitados 411,61

Não houve factos relevantes após o termo do exercício.

Do presente relatório de gestão fazem parte as seguintes peças contabilísticas de apresentação de contas:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados;
- Demonstração de Fluxos de Caixa;
- Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Apresentam-se ainda os seguintes documentos:

- Certificação Legal das Contas;
- Relatório de Fiscalização da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.



Coimbra, 18 de maio de 2022

A Gerência

ormery.

Antero de Sousa Braga

Rita Paula Spínola Fernandes



11- Balanço

PRODESO - Ensino Balanço EM 31 DE	DEZEMBRO DE 202				
		(euros)			
		Anos			
	Notas	2021	2020		
Ativos					
Ativo não corrente					
Activos fixos tangíveis	9/13	11 771,70	43 064,01		
Ativos intangiveis	8				
Participações Financeiras com outros métodos					
Ativos por impostos diferidos					
Total ativo não corrente		11 771,70	43 064,01		
		11771,70			
Activos correntes					
Inventários					
Clientes	23	75 705,00	72 000,00		
Adiantamentos a fornecedores					
Estado					
Acionistas / Sócios					
Outras contas a receber	24	715 005,42	767 392,22		
Diferimentos	24	3 294,70	1 782,29		
	5	168 606,45	53 714,87		
Caixa / Depósitos bancários		962 611,57	894 889,38		
Total ativo corrente					
TOTAL DO ACTIVO		974 383,27	937 953,39		
Capital próprio					
Capital realizado		50 000,00	50 000,00		
Ações / quotas próprias			200 000 00		
Outros instrumentos de capital próprio	41	200 000,00	200 000,00		
Prémios de emissão					
Reservas legais		02 401 22	83 481,23		
Outras reservas		83 481,23 -61 652,78	-61 627,45		
Resultados transitados		-01 032,78	-01 027,43		
Ajustamentos em ativos financeiros					
Outras variações de capital próprio Resultado líquido exercício		411,61	-153 342,76		
Total do capital próprio		272 240,06	118 511,02		
Passivos					
Passivo não Corrente					
Financiamentos obtidos	- color specif Methol				
Total do passivo não corrente		0,00	0,00		
Passivo Corrente					
	24	12 563,39	725,50		
Fornecedores Estado	25	12 281,89	11 236,36		
Acionistas e sócios					
Financiamentos obtidos	11/12	101 500,00	151 500,00		
Outras contas a pagar	24	62 956,75	61 754,68		
Diferimentos	24	512 841,18	594 225,83		
Total do passivo corrente		702 143,21	819 442,37		
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		974 383,27	937 953,3		

oney.

A Gerência

O Contabilista Certificado



12- Demonstração de Resultados por Natureza

		(eur	os)
Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	22	9 195,00	1 560,00
Subsídios à exploração	32	555 369,21	587 816,92
Ganho / perdas subsidiárias, associadas e empreeendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própia entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externós	27	-362 081,35	-350 923,89
Gastos com o pessoal	28	-386 347,98	-373 443,27
Imparidade em inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Imparidade de investimentos não deprecáveis (perdas / reversões)			
Aumentos e reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	29/32	194 816,12	239,24
Outros gastos e perdas	30	-66,95	-10 013,44
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		10 884,05	-144 764,44
Gastos / reversões de depreciação e amortização	31	-5 996,33	-7 486,53
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizações (perdas / revers	ões)		46
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 887,72	-152 250,97
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	26	-4 450,78	-1 066,4
Resultado antes de impostos		436,94	-153 317,43
Imposto sobre o rendimento		-25,33	-25,3
Resultado líquido do período		411,61	-153 342,7

A Gerência

O Contabilísta Certificado

15



13- Demonstração de Resultados por Funções

PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda.							
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (euros)							
Rubricas	Notas	2021	2020				
Vendas e serviços prestados	21	9 195,00	1 560,00				
Custo das vendas e dos serviços prestados		0,00	0,00				
Resultado bruto		9 195,00	1 560,00				
Outros rendimentos		750 185,33	588 056,16				
Gastos de destribuição		0,00	0,00				
Gastos Administrativos		-362 081,35	-350 923,89				
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00				
Outros gastos		-392 411,26	-393 076,16				
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento impostos)		4 887,72	-154 383,89				
Gastos de financiamento		-4 450,78	1 066,46				
Resultado antes de impostos		436,94	-153 317,43				
Imposto sobre o rendimento		-25,33	-25,33				
Resultado líquido do período		411,61	-153 342,76				

A Gerência

O Contabilísta Certificado

Redno Doningun

14- Demonstração de Alterações de Capital Próprio

DEMON	PRO STRAÇÃO DA	ODESO - Ensino AS ALTERAÇÕES	Profissional NO CAPITA	, E.M., Lda. L PRÓPRIO em	31/12/2020)	(euros)
	Capital Realizado	Outros Instrumentos de capital próprio	Outras Reservas	Resultados transitados	Outras variações	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Posição no início de 2020	48 300,00		85 181,23	-62 188,72	0,00	585,71	271 878,22
Alterações no período	•		-1 700,00	561,27		-585,71	-1 724,44
Resultado líquido do período						-153 342,76	-153 342,76
Realização de Capital	1 700,00						1 700,00
Posição no fim do período de 2020	50 000,00	200 000,00	83 481,23	-61 627,45	0,00	-153 342,76	118 511,02

DEMON	PRO STRAÇÃO D <i>i</i>	ODESO - Ensino AS ALTERAÇÕES	Profissional NO CAPITA	, E.M., Lda. LL PRÓPRIO em	31/12/2021		(euros)
Capital Instrumentos Outras Resultados Variações Resultado Ifquido do exercício							Total do Capital Próprio
Posição no início de 2021	50 000,00	200 000,00	83 481,23	-61 627,45		-153 342,76	118 511,02
Alterações no período	,					153 342,76	153 342,76
Resultado líquido do período						411,61	411,61
Realização de Capital							
Outras variações reconhecidas no Capital				-25,33		_	-25,33
Posição no fim do período de 2021	50 000,00	200 000,00	83 481,23	-61 652,78	0,00	411,61	272 240,06

A Gerência

O Contabílista Certificado

Padro Domingos



15- Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa (méto		(euros	
Rubricas	Notas	2021	2020
Fluxo de caixa das ativades operacionais			
Recebimentos de clientes	5	225.490,00	1.560,00
Pagamentos a Fornecedores	24	-156.214,65	-145.207,98
Pagamento ao pessoal	28	-337.318,80	-322.580,92
Caixa gerada pelas operações		-268.043,45	-466.228,90
Pagamento/recebimento imposto sobre o rendimento			12.754,42
Outros pagamentos recebimentos		59.617,60	336.652,91
Fluxo caixa gerada pelas atividades operacionais (1)		-208.425,85	-116.821,57
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes:			-12.753,67
Ativos fixos tangíveis Ativos intangiveis			12.733,07
Investimentos Financeiros			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		220.000,00	
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsidios ao Investimentos			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxo caixa gerada pelas atividades de investimento (2)		220.000,00	-12.753,67
Fluxo de caixa das atividadedes de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			83.000,00
Realizações de capital e de outros intrumentos de			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes:			
Financiamentos obtidos	26	-50.000,00	
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital			
Outras operações de financiamento		153.317,43	
Fluxo caixa gerada pelas atividades de financiamento (3)		103.317,43	83.000,0
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		114.891,58	-46.575,2
Caixa e seus equivalentes no início do período	10 000	53.714,87	100.290,1
Caixa e seus equivalentes no fim do período		168.606,45	53.714,8

A Gerência

very, AM

O Contabílista Certificado

Kano Dominger



ANEXO

Ano 2021

PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)



At.

1 - Identificação da entidade e período de relato

- 1.1 Designação da entidade: PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda.
- 1.2 Sede: Coimbra
- 1.3 Natureza da atividade: ENSINO SECUNDÁRIO TÉCNICO E PROFISSIONAL.
- Período das demonstrações financeiras: Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 1.4

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da empresa, foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

Derrogação das disposições do SNC e efeitos nas demonstrações financeiras 2.2

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparação com o ano anterior

As demonstrações financeiras são comparáveis com o ano anterior

3 - Adoção pela primeira vez das NCRF - divulgação transitória

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 — Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, não há efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009).

4 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

4.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda. são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na



rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente valorizados pelo seu custo.

O custo do ativo fixo tangível além do preço de compra, inclui os direitos de importação e impostos não reembolsáveis, custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, e exclui descontos comerciais e abatimentos.

É adotado o modelo do custo na mensuração subsequente à mensuração inicial, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo, menos depreciação acumulada e perdas por imparidade.

Os bens com vida útil limitada são depreciados em função da sua utilização, e assim que estejam concluídos ou em estado de uso. Dado que os terrenos têm vida ilimitada não são depreciados.

A quantia depreciável do ativo fixo tangível é imputada pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a legislação aplicável.

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor, como segue:

RÚBRICAS	Vida Útil - Anos
Edifícios e outras contruções	10 a 25
Equipamento básico	4 a 14
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos tangíveis	4 a 8

As despesas, com reparação e manutenção destes ativos, são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.



De la constantina della consta

São efetuados testes de imparidade sempre que existem indicadores que possam apontar para os mesmos.

A quantia escriturada do bem é desconhecida no momento da alienação ou quando não se espere futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Sendo, o ganho ou perda decorrente incluído nos resultados.

4.3. Propriedades de investimento

A entidade não detém propriedades de investimento.

4.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

4.5. Investimentos financeiros

A entidade não detém Investimentos Financeiros.

4.6. Imposto sobre o rendimento



oner.

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria até ao montante de 25.000,00 e 21% sobre o excedente. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 — Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

4.7. Inventários

A entidade não detém Inventários.

4.8. Ativos biológicos

A entidade não detém ativos biológicos.

4.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

4.10. Ativos financeiros detidos para negociação

A entidade não detém ativos financeiros detidos para negociação.

4.11. Ativos não correntes detidos para venda

A entidade não detém Ativos não Correntes detidos para Venda.

4.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".





4.13. Capital social

O capital social no valor de 50.000,00€ é detido na integra pelo Município de Coimbra, o qual é sócio único da Entidade.

B

4.14. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

4.16. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

4.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.



Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

and a

4.18. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas.

A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

4.19. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A entidade não detém situações de contratos de construção.

4.20. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4.21. Custos dos Empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo



que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

our.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

5 - Fluxos de caixa

- 5.1 Os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.
- 5.2 A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31-dez-21	31-dez-20
Caixa	987,75€	302,91€
Depósitos à ordem	167.618,70€	53.411,96€
Total	168.606,45 €	53.714,87 €

6 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

- 6.1 As demonstrações financeiras são comparáveis com as apresentadas no comparativo.
- 6.2 As políticas contabilísticas são consistentes entre os vários períodos apresentados.
- 6.3 Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas nos vários períodos apresentados.
- 6.4 Não foram identificados erros materiais de períodos anteriores nas demonstrações financeiras.

7 - Partes relacionadas

7.1 - Relacionamentos com empresas-mãe:

Nome da empresa-mãe: Município de Coimbra

7.2 - Remunerações mensais do pessoal chave da gestão em 2021:

Descrição	Encargo Mensal				
	Remuneração mensal	Despesa de representação	Total		
Presidente da Gerência	2.899,53 €	592,92 €	3.492,45 €		
Diretora Pedagógica	3.050,00 €		3.050,00 €		
Total	5.949,53 €	592,92 €	6.542,45 €		



7.3 - Transações entre partes relacionadas:

No período em análise, verificam-se com sociedades do Grupo a que pertence, as seguintes ocorrências, em euros:

	Transa	ıções	Saldos pendentes		
ENTIDADE RELACIONADA	Alienações Prestação de serviços	Aquisições	Devedor	Credor	
Câmara Municipal de Coimbra	3 185,00 €		72 000,00 €	0	

Não existem ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes.

8 - Ativos intangíveis

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor, como segue:

Dúbricos	Vida Útil
Rúbricas	Anos
Ativos Intangíveis-Programas Software	3

O método de amortização usado é o das quotas constantes.

Nos anos de 2021 e 2020 a entidade não é possuidora de ativos intangíveis.

9 - Ativos fixos tangíveis

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2021 e 2020:





		31 d	e dezembro d	e 2021		31-12-2020
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Saldo em	Aquisições	Abates		Saldo em	Saldo em
	01-01-2021	Deprec.	Transf.	Revalorizações	31-12-2021	31-12-2020
Ativo bruto						
Terrenos e recursos naturais	14.963,94€		14.963,94€		0,00€	14.963,94€
Edifícios e outras construções	149.024,68€		149.024,68€		0,00€	149.024,68€
Equipamento básico	256.065,55€				256.065,55€	256.065,55€
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo	67.128,16€				67.128,16€	67.128,16€
Equipamento biológico						
Outros ativos fixos tangíveis						
Investimentos em curso						
Total do ativo bruto	487.182,33€	0,00€	163.988,62€		323.193,71€	487.182,33€
Depreciações acumuladas				7.		
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	138.318,54€	374,00€	138.692,54€		0,00€	138.318,54€
Equipamento básico	238.671,62€	5.622,23€			244.293,85€	238.671,62€
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo	67.128,16€				67.128,16€	67.128,16€
Equipamento biológico						
Outros ativos fixos tangíveis						
Total de depreciações acumulad	444.118,32€	5.996,23€	138.692,54€		311.422,01€	444.118,32€
Total de perdas por imparidade		_		=		
Total do ativo líquido	43.064.01€	-5.996,23€	25.296,08€		11.771,70€	43.064,01€

10 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades descontinuadas

A entidade não detém Ativos não correntes detidos para venda e unidades descontinuadas.

11 - Locações

A entidade não detém locações.

12 - Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está descriminado como se segue:

FINANCIANAFAITOS OPTIDOS	31-12-2021	31-12-2020	
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	Corrente	Corrente	
Conta Corrente Caucionada	101.500,00€	151.500,00€	
Total	101.500,00€	151.500,00€	

13 - Propriedades de investimento

A entidade não detém Propriedades de Investimentos.

14 - Imparidade de ativos

Não existente no período de 2020 e 2021

15 - Interesses em empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas



A entidade não detém Interesses em empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas.

mus.

16 - Concentrações de atividades empresariais

Não aplicável.

17 - Investimentos em Subsidiárias e Consolidação

Não aplicável.

18 - Exploração e avaliação de recursos minerais

Não aplicável.

19 - Agricultura

Não aplicável.

20 - Inventários

Não aplicável

21 - Contratos de construção

Não aplicável.

22 - Rédito

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Vendas e Prestação de Serviços dos períodos de 2021 e 2020

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Naturezas	31-12-2021	31-12-2020
Vendas de Mercadorias		
Prestação de Serviços	9.195,00€	1.560,00€
Total:	9.195,00€	1.560,00€

23 - Clientes

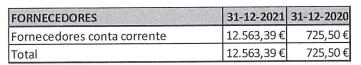
O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2021 e 2020 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	31-12-2021 31-12-202
Clientes conta corrente	
Câmara Municipal de C	oimbra 75.705,00 € 72.000,00
Total	75.705,00 € 72.000,00

24 – Fornecedores, outros devedores e credores e Diferimentos

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2021 e 2020 apresenta a seguinte decomposição:





OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	31-12-2021	31-12-2020
A RECEBER	715 005,42 €	767 392,22 €
Fornecedores - Devedores	218,20€	
Outros devedores (projetos aprovados)		
POCH medida 1.6 2017/2020 Prof.1540		56 447,84 €
Poch medida - Qualidade 2019/2020 -409	414,79€	10 368,79 €
POCH medida 1.6 2021/2022 Prof.192	506 398,61 €	
POCH medida 1.3 2021/2022 CEF 69	122 433,58 €	
POCH medida 1.3 2019/2021 CEF1486	2 672,44 €	94 930,57 €
Projeto erasmus 20/21	23 688,80 €	23 688,80 €
Projeto erasmus 21/22	59 179,00 €	
Poch medida 1.6 2020/2021 Prof 3096		495 604,26 €
Poch medida 1.3 2020/2021 CEF 1603		80 114,33 €
Estágio IEFP 2020/2021 Comunicação		6 237,63 €

O valor rubrica "Outros devedores (projetos aprovados)", respeita de projetos aprovados até 31/12/2021 e verbas a receber caso a entidade cumpra as condições do termo de aceitação.

Outros créditos de dívidas a pagar	31-12-2021	31-12-2020
A PAGAR	62 956,75 €	61 755,00 €
Fornecedores de investimentos		
Credores por acrescimos de gastos	52 811,15 €	50 920,00 €
Disponibilidades negativas		
Outros credores	10 145,60 €	10 835,00€

O valor rubrica "Credores por acréscimos de gastos", respeita ao valor do subsídio de férias e férias referentes a 2021 e a pagar em 2022.

O valor da rúbrica "Outros credores" em 10.145,60€, respeita a projetos encerrados que a entidade tem de devolver ao POCH este montante. Ainda não foi efetuado o pagamento dado o POCH ainda não o ter solicitado.

D.



Diferimentos	2021	2020
Gastos a reconhecer	3294,700	1782,290
Seguro Pessoal interno	16,35€	1.418,24€
Seguros Alunos	326,35€	364,05€
Licenças	2.952,00€	
Diferimentos	2021	2020
Rendimentos a reconhecer	512.841,18€	594.225,83€
POCH medida 1.6 2017/2020 Prof.1540		58.652,19€
Poch medida - Qualidade 2019/2020 -409		1.256,82€
POCH medida 1.6 2021/2022 Prof.192	341.678,90€	
POCH medida 1.3 2021/2022 CEF 69	96.644,89€	
POCH medida 1.3 2019/2021 CEF1486		106.901,95€
Projeto erasmus 20/21	15.338,39€	59.222,00€
Projeto erasmus 21/22	59.179,00€	
Poch medida 1.6 2020/2021 Prof 3096		303.828,60€
Poch medida 1.3 2020/2021 CEF 1603		58.905,64€
Estágio IEFP 2020/2021 Comunicação		5.458,63€

Buring St.

O quadro de diferimentos/rendimentos a reconhecer, respeita a projetos que a entidade têm aprovados em 31/12/2021 da seguinte forma:

POCH medida 1.6 2021/2022 Prof-192: Este projeto respeita a cursos profissionais de nível secundário. O valor aprovado em candidatura respeita ao ano letivo de 2021/22, ou seja, de setembro 2021 a agosto de 2022.

Foi aprovada o valor do subsídio em 506.398,61€ e foi imputado em rendimentos no período de setembro a dezembro o valor de 164.719,71€, sendo a diferença diferida para o ano de 2022.

POCH medida 1.3 2021/2021 CEF-69: Este projeto respeita a cursos CEF de nível básico. O valor aprovado em candidatura respeita ao ano letivo de 2021/22, ou seja, de setembro 2021 a agosto de 2022.

Foi aprovada o valor do subsídio em 142.152,13€ e foi imputado em rendimentos no período de setembro a dezembro o valor de 45.507,24€, sendo a diferença diferida para o ano de 2022.

Projeto Erasmus 20/21: Este projeto respeita a programa Erasmus que a entidade se candidatou no ano de 2019, por motivos da pandemia não foi possível a sua execução nesse próprio ano, sendo apenas executado durante o ano de 2021.

Foi aprovada o valor do subsídio em 59.222,00€ e foi imputado em rendimentos no ano de 2021 o valor de 43.883,61€, correspondendo ao valor das despesas suportadas com os encargos dos formandos, deslocações com os formadores, despesas com trabalhadores e encargos pagos a entidades acolhedoras dos estágios.

Projeto Erasmus 21/22: Este projeto respeita a programa Erasmus que a entidade se candidatou no ano de 2021, a sua execução decorre em 2022, motivo pelo qual não foi imputado qualquer valor em rendimentos no ano de 2021.



25 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31-12-2021	31-12-2020
Ativo	0	0
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
Segurança social		
Outros impostos e taxas		

Passivo	31-12-2021	31-12-2020
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	25,33€	25,33€
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	4.918,76€	3.820,13€
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
Segurança social	7.337,80€	7.390,90€
Outros impostos e taxas		
Total	12.281,89€	11.236,36€

26 - Resultados financeiros

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2021 e 2020:

RESULTADOS FINANCEIROS	31-12-2021	31-12-2020
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		239,24€
Juros e gastos similares suportados		-200,25€
Juros Suportados	-4.450,78€	-1.066,46€
Outros gastos e Perdas de financiamento		-9.813,19€
Total	-4.450,78 €	-10.840,66 €

27 - Fornecimentos e serviços externos

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2021 e 2020:





FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31-12-2021	31-12-2020
Subcontratos		
Serviços especializados	170.212,11€	147.866,28€
Trabalhos especializados	48.368,05 €	18.044,54€
Publicidade e propaganda	7.874,22 €	8.212,31€
Vigilância e segurança	138,63€	184,32€
Honorários	108.610,26€	108.794,57€
Comissões	4.171,14€	6.611,83€
Conservação e reparação		
Licenças de Software	920,66€	
Outros	129,15€	6.018,71€
Materiais	11.963,86€	8.978,56€
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	8.105,74€	8.917,27€
Livros e documentação técnica: (Código do trabalho; Livros de atas; certidões permanentes e assinatura de jornais)	369,70€	35,42 €
Material de escritório	608,79€	25,87€
Aquisição de computadores para salas de aulas	492,56 €	
Material informático: (Fontes de alimentação; servidor recondicionado; Switch 8 portas; suporte para monitor e UPS)	1.914,97 €	
Deslocações	27,10 €	
Material para as aulas de educação fisica	395,00 €	
Comando do portão	50,00 €	
Energia e fluidos		1.571,00€
Água		1.571,00€
Serviços diversos	179.905,38€	192.508,05€
Rendas e alugueres	73.152,00€	72.904,00€
Comunicação	4.992,09€	3.567,87€
Seguros	767,44€	
Contencioso e notariado	570,67€	350,92€
Despesas de representação		253,25€
Limpeza, higiene e conforto	5.057,90€	7.643,93€
Ouros serviços / Custos com formandos	95.365,28€	107.788,08€
Total	362.081,35 €	350.923,89 €

A STATE OF THE STA

Na rubrica "trabalhos especializados" são registados os valores de aquisição de serviços especializados tais como: serviços de auditoria; manutenção e alojamento do programa Codevison; assinaturas de jornais; Manutenções de extintores; aluguer de equipamento (fotocopiadora); quadro seguinte apresenta a discriminação dos valores relativo a Gastos com Pessoal dos períodos de 2021 e 2020.

Na rubrica "Honorários" são registados os serviços prestados pelos formadores externos.



Na rubrica "Rendas" dado a entidade não possuir instalações próprias e onde desenvolve a atividade é um edifício arrendado o valor apresentado é referente ao montante suportado com este arrendamento em 2021.

28 - Gastos com pessoal

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos valores relativo a Gastos com Pessoal dos períodos de 2021 e 2020.

GASTOS COM PESSOAL	31-12-2021	31-12-2020
Remunerações dos órgãos sociais	47.703,7€	48.296,0€
Remunerações do pessoal	262.778,4€	255.608,0€
Benefícios pós-emprego	0,0€	0,0€
Indemnizações	0,0€	0,0€
Encargos sobre remunerações	72.001,4€	67.261,0€
Seguros de acidentes no trabalho e doe	3.864,5€	2.278,0€
Gastos de ação social	0,0€	0,0€
Outros gastos com o pessoal		
Total	386.348,0€	373.443,0€

A entidade tem no seu quadro de pessoal em 31/12/2021, 17 funcionários.

29 - Outros Rendimentos e Ganhos

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Outros Rendimentos e Ganhos dos períodos de 2021 e 2020:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	31-12-2021	31-12-2020
Rendimentos suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros *	194.704,02€	
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Outros rendimentos	112,10€	239,00€
Total	194.816,12€	239,00€

^{*}Foi alienado o Prédio Correio Mor pelo valor de 220.000,00€ e obteve-se uma mais valia de 194.704,02€

30 - Outros gastos e perdas

A tabela seguinte mostra de uma forma descriminada a rúbrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2021 e 2020:





OUTROS GASTOS E PERDAS	31-12-2021	31-12-2020
Impostos	66,95€	1.266,71€
Correções relativas a períodos anteriores		8.100,58€
Quotizações		900,00€
Coimas		338,25€
Insuficiência da estimativa para impostos		470,18€
Outros gastos e perdas não especificados		4,18€
Total	66,95 €	11.079,90€



31 - Gastos / Reversões de depreciação e amortização

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Gastos / Reversões de depreciação e amortização dos períodos de 2021 e 2020:

GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	31-12-2021	31-12-2020
Propriedades de investimento		
Ativos fixos tangíveis	5.996,33€	7.486,53€
Ativos intangíveis		
Reversões		
Total	5.996,33€	7.486,53€

32 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Subsídios à Exploração dos períodos de 2021 e 2020:

Subsidios à exploração	31-12-2021	31-12-2020
Subsidios do Estado e outros entes Públicos	555.369,21€	587.816,92€
Subsidios de outras entidades		
Total	555.369,21€	587.816,92€

32 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

33 - Acontecimentos após a data do balanço

Não aplicável.

34 - Matérias ambientais

Não aplicável.

35 - Instrumentos financeiros

Não aplicável.

36 - Benefícios dos empregados



Não aplicável.

37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Não temos conhecimento de factos que possam ser contingentes.

aner .

38 - Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

39 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Não temos conhecimento de factos que possam ser contingentes.

40 - Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2021, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2021.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

41- Outros Instrumentos de capital social

O valor desta rúbrica no balanço refere-se a uma prestação suplementar efetuada em 2003 pelo sócio Município de Coimbra.



Coimbra, 18 de maio de 2022

O Contabilista Certificado

A Gerência

Jean o Doming

Antero de Sousa Braga

Rita Paula S. Fernandes

TO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da PRODESO-Ensino Profissional, E.M., Lda (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 974.383,27 euros e um total de capital próprio de 272.240,06 euros, incluindo um resultado líquido de 411,61 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da PRODESO-Ensino Profissional, E.M., Lda, em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.



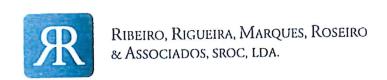
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - -concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



 comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Estoril, 18 de março de 2022

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:

Luís Alexandre Cantante Botelho Roseiro, ROC nº 843, registo CMVM nº 20160468











